



MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM
(ISUP)

(Aprovado por Decreto Presidencial Nº168/12, Diário da República Nº 141-I Série, de 24 de Julho)

Telefones Nº 943097652

//

Email: isup.informa@gmail.com

**PROJECTO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM DIREITO**



PORTO AMBOIM, SETEMBRO, 2024.

ministrar o curso de direito num quadro geral de excelência académica e, nessa medida, promover a formação adequada às necessidades do mercado e à qualificação de profissionais na área jurídica, com conhecimentos, competências e aptidões culturais que permitam, nomeadamente, o exercício actividades na área do Direito, como a advocacia, consultadoria jurídica, registos e notariado, conservadoria, prestações em actividade pública e privada, órgãos governamentais, e domínios afins.

3.2- Aprovação do Conselho Científico do ISUP

O Curso foi aprovado por deliberação do Conselho Científico, em sua reunião de 01 de Setembro de 2012, tendo sido confirmada em reunião do mesmo Órgão, realizada no dia 07 de Setembro de 2015.

3.3- Missão do Curso

“Ser um curso de Licenciatura em Direito, que na perspectiva do ensino-aprendizagem, da investigação científica do país e com as exigências dos diferentes cenários, seja nacional e internacional, coadune com a realidade do país e com as exigências dos diferentes cenários, e que com acreditação, contribua na formação de profissionais altamente qualificados para o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconómico da República de Angola.”

3.3- Visão do Curso

“Nos próximos 10 anos, constituir-se num curso Acreditado e Referenciado no país, criar infraestruturas para aumentar e expandir a sua actuação, ampliar a sua oferta formativa em número de estudantes na área de Direito, empreendendo contínuas acções para a criação de um Centro de Investigação, de uma plataforma que permita o Ensino à Distância e Semi presencial, aperfeiçoando continuamente as actividades de ensino-aprendizagem, investigação, extensão e gestão, que permitam a que o curso seja uma área de excelência.”



3.4- Objectivos do curso

3.4.1- Objectivo Geral

“Formar integralmente o indivíduo, dotando-o de altos níveis de conhecimentos, habilidades técnico-científicas, valores éticos e morais, que lhe permitam exercer com alto grau de qualidade, eficiência e eficácia as diferentes funções que lhes forem

atribuídas nas suas áreas do conhecimento, objectivando atender as demandas socioeconómicas.”

3.4.2- Objectivos Específicos

A licenciatura em Direito visa:

- Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- Possibilitar ao estudante desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autónoma e dinâmica;
- Desenvolver no estudante, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Incentivar o estudo dos fenómenos de massa, a evolução da sociedade angolana e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, em especial aquelas de ordem ambiental e de desenvolvimento sustentável, qualificando o estudante para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Capacitar os estudantes para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a actuação do estudante junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social, de construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável;



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Introdução ao Estudo do Direito
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante uma compreensão básica e geral sobre o Direito, seus conceitos fundamentais, sua importância na sociedade e o papel que exerce na organização social, preparando-o para o estudo das demais disciplinas jurídicas.

Objectivos Específicos:

1. Apresentar a origem, evolução e principais fontes do Direito.
2. Explicar os conceitos básicos do Direito, como normas jurídicas, princípios, direitos e deveres.
3. Identificar as diferentes áreas e ramos do Direito.
4. Compreender o sistema jurídico e a estrutura dos órgãos jurisdicionais.
5. Desenvolver a capacidade de análise crítica sobre a função social do Direito.
6. Introduzir o estudo da interpretação e aplicação das normas jurídicas.
7. Promover a reflexão sobre a relação entre Direito, moral, ética e justiça

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Direito

1. O carácter social do homem

1.1 A sociedade e as ordens normativas

1.2 A Ordem religiosa

1.3 A Ordem Moral

1.4 Ordem do Trato Social

1.5 Ordem jurídica

Unidade II – A ordem jurídica

2.1 Direitos subjectivos

2.2 Noção



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Filosofia do Direito
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante uma compreensão crítica e reflexiva sobre os fundamentos filosóficos do Direito, desenvolvendo a capacidade de análise acerca da justiça, da norma jurídica, da legitimidade do poder e da relação entre Direito, moral e ética.

Objectivos Específicos:

1. Compreender os principais conceitos da Filosofia do Direito, como justiça, norma, direito natural e direito positivo.
2. Analisar as principais correntes filosóficas do pensamento jurídico, desde a Antiguidade até a contemporaneidade (jusnaturalismo, positivismo, realismo jurídico, entre outras).
3. Refletir criticamente sobre a função do Direito na sociedade, sua legitimidade e sua relação com a moral, a ética e o poder político.
4. Desenvolver a capacidade argumentativa, por meio da leitura, interpretação e debate de textos clássicos e contemporâneos da Filosofia do Direito.
5. Estabelecer conexões entre os fundamentos filosóficos e a prática jurídica, contribuindo para uma atuação profissional mais consciente e ética.
6. Contextualizar os debates filosófico-jurídicos no âmbito dos desafios contemporâneos, como direitos humanos, justiça social, democracia e Estado de Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Filosofia do Direito

- 1.1 Conceito, natureza e objeto da Filosofia do Direito
- 1.2 Diferença entre Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito
- 1.3 Importância da Filosofia para o pensamento jurídico em Angola



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	História do Direito Romano e das Instituições
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender a formação, desenvolvimento e legado do Direito Romano e das instituições jurídicas da Roma Antiga, avaliando sua influência nas estruturas jurídicas modernas, com ênfase na tradição romano-germânica e no contexto jurídico angolano.

Objectivos Específicos:

1. Analisar criticamente as origens históricas do Direito Romano e sua evolução nas diferentes fases da civilização romana (Monarquia, República e Império).
2. Compreender os principais institutos jurídicos romanos (família, propriedade, obrigações, sucessões, etc.) e sua permanência no direito civil contemporâneo.
3. Estudar as fontes do Direito Romano, incluindo a Lei das XII Tábuas, jurisprudência, éditos e o *Corpus Juris Civilis* de Justiniano.
4. Relacionar o Direito Romano com o surgimento das instituições jurídicas ocidentais, especialmente no contexto europeu medieval e moderno.
5. Reconhecer a importância do Direito Romano na formação dos sistemas jurídicos lusófonos, como o português e o angolano.
6. Desenvolver a capacidade de leitura e interpretação de textos jurídicos antigos, aplicando conceitos romanos a situações hipotéticas atuais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I- ENQUADRAMENTO GENÉRICO

1. Época arcaica

1.1. Nascimento de Roma

1.2. As fontes do *Ius quiritium*



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Latim
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Capacitar os estudantes a compreender e traduzir textos em Latim, especialmente aqueles relacionados ao Direito Romano, promovendo a aquisição de conhecimentos linguísticos básicos e intermediários para interpretação e aplicação dos conceitos jurídicos presentes nos textos clássicos.

Objectivos Específicos:

1. Aprender a estrutura básica da língua latina: morfologia, sintaxe e vocabulário fundamental.
2. Traduzir e interpretar textos simples e intermediários em latim, com ênfase em textos jurídicos clássicos.
3. Compreender os principais termos e expressões latinas usados no Direito Romano e no Direito moderno.
4. Desenvolver a capacidade de análise crítica dos textos latinos, relacionando-os com conceitos jurídicos atuais.
5. Promover o entendimento da influência do latim na terminologia jurídica das línguas modernas, especialmente o português.
6. Aplicar os conhecimentos linguísticos para melhorar o raciocínio lógico-jurídico e a redação técnica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I – INTRODUÇÃO

UNIDADE I – MORFOSINTAXE E FONÉTICA

1. Notas sobre a fonética latina



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Administrativo
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e institutos fundamentais do Direito Administrativo, analisando a actuação da Administração Pública, seus poderes, deveres, responsabilidades e mecanismos de controle, com vistas à promoção da legalidade, eficiência, moralidade e interesse público na gestão administrativa.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os conceitos básicos e fontes do Direito Administrativo, distinguindo-o dos demais ramos do Direito Público.
2. Analisar a organização administrativa do Estado, incluindo administração direta e indireta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
3. Compreender os princípios constitucionais e administrativos que regem a actuação da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência.
4. Investigar os poderes administrativos, como o poder de polícia, poder regulamentar, poder hierárquico e disciplinar, e sua aplicação prática.
5. Estudar os atos administrativos, seus elementos, espécies, atributos, invalidações e formas de controle.
6. Avaliar os regimes jurídicos dos servidores públicos, suas prerrogativas, deveres, estabilidade e formas de provimento e vacância dos cargos.
7. Analisar os contratos e licitações públicas, à luz da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.
8. Compreender as formas de responsabilidade da Administração Pública, incluindo a responsabilidade civil, administrativa e por atos de improbidade.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Teoria Geral do Direito Civil
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e categorias estruturantes da Teoria Geral do Direito Civil, proporcionando a base conceitual necessária para a interpretação, aplicação e sistematização das normas civis que regulam as relações privadas na sociedade.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os conceitos fundamentais do Direito Civil, como pessoa, bens, fatos jurídicos, negócios jurídicos, capacidade, domicílio e personalidade jurídica.
2. Analisar os princípios norteadores do Direito Civil, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da autonomia privada, da boa-fé, da função social e da eticidade.
3. Compreender a estrutura das relações jurídicas privadas, identificando seus elementos essenciais (sujeitos, objeto e vínculo jurídico).
4. Investigar a formação, validade e eficácia dos negócios jurídicos, bem como os vícios que podem afetar sua existência e efeitos.
5. Interpretar normas civis de forma sistemática, desenvolvendo raciocínio jurídico crítico e capacidade de argumentação jurídica.
6. Refletir sobre a evolução histórica e social do Direito Civil, reconhecendo sua adaptação às transformações sociais e aos direitos fundamentais.
7. Preparar o estudante para o estudo aprofundado das demais áreas do Direito Civil, como obrigações, contratos, responsabilidade civil, família e sucessões.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Noções introdutórias gerais

1.2. Aproximações ao conceito de direito e às suas finalidades específicas (Remissão)



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Económico
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e instrumentos do Direito Económico, compreendendo a actuação do Estado na economia e os mecanismos jurídicos de regulação, planeamento e intervenção económica, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da ordem económica constitucional.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios constitucionais da ordem económica, como livre iniciativa, função social da propriedade, defesa da concorrência, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável.
2. Compreender o papel do Estado na economia, analisando as formas de intervenção estatal (regulação, fiscalização, incentivos e sanções) e sua compatibilidade com os direitos fundamentais.
3. Analisar o regime jurídico das actividades económicas, distinguindo entre actividade económica em sentido estrito e serviço público.
4. Investigar o funcionamento das agências reguladoras e demais órgãos de regulação económica.
5. Estudar os mecanismos de defesa da concorrência e repressão ao abuso do poder económico, com base na Lei da Concorrência (Lei n.º 5/18, de 10 de Maio).
6. Refletir sobre as políticas públicas e seus instrumentos jurídicos, voltadas à estabilidade económica, inclusão social, protecção do consumidor e sustentabilidade.
7. Avaliar a interação entre Direito Económico e Direito Internacional, considerando os impactos da globalização, dos blocos económicos e dos tratados internacionais.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Expressão Escrita Oral II
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver as competências de expressão escrita e oral, aprimorando a capacidade de comunicar ideias de forma clara, coerente, adequada e eficaz, considerando os diferentes contextos, públicos e finalidades da comunicação.

Objectivos Específicos:

1. Interpretar diferentes tipos de enunciados escritos e orais.
2. Reflectir sobre a informação captada, relacionando-a com outras informações da sua própria experiência;
3. Deduzir sentidos implícitos;
4. Avaliar a intencionalidade e a eficácia comunicativa;
5. 2. Produzir enunciados orais.
6. Utilizar uma expressão oral fluente, correcta adequada a diversas situações de comunicação;
7. Participar em distintas situações de comunicação oral, de acordo com as normas e as técnicas específicas;
8. Mobilizar de forma activa os recursos expressivos, linguísticos e não linguísticos.
9. Aprimorar a habilidade de redação, por meio da prática de diferentes gêneros textuais, com foco na organização, coesão, coerência e correção gramatical.
10. Incentivar a adaptação da linguagem aos diferentes contextos e públicos, valorizando a adequação linguística e sociocultural.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

1.1. Comunicação, Língua e Linguagem



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Internacional Público
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e instituições do Direito Internacional Público, capacitando para a análise e aplicação das regras que regulam as relações entre Estados, organizações internacionais e demais sujeitos de Direito internacional, promovendo a cooperação, a paz e o respeito aos direitos humanos no cenário global.

Objectivos Específicos:

1. Estudar as fontes do Direito Internacional Público, como tratados, costumes internacionais, princípios gerais e jurisprudência.
2. Analisar os sujeitos do Direito Internacional, especialmente Estados soberanos, organizações internacionais, povos e indivíduos.
3. Compreender os princípios fundamentais, como soberania, igualdade jurídica dos Estados, não intervenção, autodeterminação dos povos e solução pacífica de controvérsias.
4. Investigar os mecanismos de solução de conflitos internacionais, incluindo arbitragem, tribunais internacionais e organismos multilaterais.
5. Estudar o direito dos tratados, sua formação, interpretação, aplicação e extinção.
6. Analisar temas específicos, como direito humanitário, direitos humanos, direito do mar, direito ambiental internacional, e responsabilidade internacional.
7. Avaliar o papel das organizações internacionais, como ONU, OMC, OMS, e suas competências normativas e executivas.
8. Desenvolver habilidades para interpretar e aplicar normas internacionais em situações concretas, promovendo o diálogo jurídico global.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Finanças Públicas e Direito Financeiro
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e práticas do Direito Financeiro e das Finanças Públicas, capacitando para a análise e aplicação das regras jurídicas que regulam a arrecadação de tributos, o orçamento público, a gestão das finanças públicas e o controle da despesa pública, visando a promoção da transparência, da eficiência e da justiça fiscal.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios constitucionais e legais das finanças públicas, como a legalidade, a transparência, a anualidade, a equidade fiscal e o controle social.
2. Compreender a estrutura do orçamento público, seus componentes, fases e processos, e sua importância para a gestão financeira do Estado.
3. Analisar o sistema tributário, identificando os tipos de tributos, suas funções e o regime jurídico da arrecadação, e discutindo as questões da justiça fiscal e da progressividade.
4. Avaliar as formas de controle das finanças públicas, incluindo o controle interno (por órgãos do Executivo), o controle externo (realizado pelos Tribunais de Contas e pelo Legislativo) e o controle social.
5. Estudar a gestão da dívida pública, os mecanismos de financiamento do Estado, o endividamento público e a política fiscal.
6. Investigar a responsabilidade fiscal do Estado, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (ou legislação equivalente), analisando a disciplina da execução orçamentária e a sustentabilidade das finanças públicas.
7. Analisar a atuação do Direito Financeiro em momentos de crise fiscal, como em situações de desequilíbrio orçamentário, ajuste fiscal e reformas fiscais.
8. Promover o estudo de casos práticos, com o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos nas situações concretas de gestão financeira pública e de planeamento orçamentário.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Comunitário
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e instituições do Direito Comunitário, analisando sua aplicação nas relações entre os Estados membros e o impacto na integração regional, na cooperação económica e política, e no fortalecimento dos direitos fundamentais e da paz entre os países participantes.

Objectivos Específicos:

1. Estudar a origem e evolução do Direito Comunitário, com foco nas principais comunidades regionais e seus processos de integração, como a União Africanas e suas Comunidades Regionais.
2. Analisar as fontes do Direito Comunitário, incluindo os tratados constitutivos, regulamentos, diretivas, decisões e jurisprudência dos tribunais comunitários.
3. Compreender a estrutura e as instituições de uma organização comunitária.
4. Avaliar a aplicação do Direito Comunitário nos países membros, com destaque para a eficácia das normas comunitárias nos ordenamentos nacionais e as possíveis tensões entre normas internas e comunitárias.
5. Estudar o sistema de solução de controvérsias e conflitos entre os Estados membros e as instituições da comunidade, especialmente através de tribunais e mecanismos arbitrários ou de mediação.
6. Investigar a proteção dos direitos fundamentais no âmbito das comunidades regionais, com ênfase no acesso à justiça, liberdade de circulação, igualdade de tratamento e outras liberdades comuns entre os cidadãos dos Estados membros.
7. Refletir sobre os desafios e impactos da integração económica e política, como a criação de mercados comuns, a coordenação de políticas fiscais e monetárias, e os acordos de livre comércio entre os membros da comunidade.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito das Sucessões
Ano	3º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

O presente programa visa a formação de futuros licenciados em Direito, por intermédio do desenvolvimento de competências nos domínios fundamentais que devem integrar o perfil de capacitação de quadros, tendo a necessidade de dotar as diversas áreas futuras de actuação de profissionais humanamente preparados para servir a Justiça, o Direito e os cidadãos.

Assim, mais do que conferir o aprimoramento técnico-científico aos formandos, pretende-se também complementá-lo com uma abordagem multidisciplinar sobre as complexidades e dinâmicas da sociedade, realçando o papel fundamental e interventivo dos futuros magistrados, advogados e outros cultores do Direito na promoção e defesa do exercício dos direitos de cidadania.

OBJECTIVOS:

Objetivo Geral:

Compreender os princípios, normas e institutos fundamentais do Direito das Sucessões, capacitando o estudante a interpretar e aplicar corretamente as regras jurídicas relativas à transmissão do patrimônio do falecido aos seus sucessores, de acordo com o ordenamento jurídico angolano.

Objetivos Específicos:

1. Estudar os fundamentos do Direito das Sucessões, sua natureza jurídica, e sua relação com os demais ramos do Direito Civil.
2. Analisar os tipos de sucessão (legítima e testamentária), seus requisitos, efeitos e limites legais.

3. Conhecer o processo de abertura da sucessão e o papel da herança como universalidade de bens.
4. Identificar os sujeitos da sucessão, incluindo herdeiros necessários, facultativos e legatários, bem como os excluídos da sucessão.
5. Examinar os diferentes tipos de testamento (público, cerrado, particular, especial), seus requisitos de validade e causas de nulidade.
6. Estudar o processo de inventário e partilha, compreendendo seus procedimentos legais e consequências jurídicas.
7. Analisar o direito de representação, renúncia e aceitação da herança, bem como seus efeitos patrimoniais.
8. Discutir a legítima e a quota disponível bem como o instituto da inofisiosidade, com oco na proteção da herança dos herdeiros necessários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I - NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Introdução
- 1.2.O Estudo do Direito Sucessório
- 1.3.Objecto e método de estudo do direito sucessório
- 1.4.Fontes e ramos afins
- 1.5.Breve visão histórica sobre o direito sucessório
- 1.6.Tipologia dos sistemas sucessório

TEMA II : CONCEITO DE SUCESSÃO, OS SUCESSÍVEIS AMBITO DA SUCESSÃO

a) -Conceitos de Sucessão e sentidos

1. Sentidos do conceito
2. Sucessão –Noção

b) - OS SUCESSIVEIS

1. A designação sucessória
2. Os factos ou títulos designativos
3. Consistência da designação sucessória

c) - ÂMBITO DA SUCESSÃO

1. Contéudo da Vocação Sucessória
2. Direito de aceitar ou repudiar
3. Poderes de administração



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito das Obrigações
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

1. Objectivos geral: regular as relações jurídicas patrimoniais que vinculam credores e devedores, garantindo a satisfação de um interesse por meio de uma prestação de dar, fazer ou não fazer, assegurando assim o cumprimento dos compromissos assumidos e proporcionando segurança jurídica as transações e relações sociais e comerciais.

2. Objectivos específicos:

1. Conhecer o direito das obrigações com vista à aquisição de competências de aplicação crítica de normas numa perspectiva prática.
2. Identificar as várias fontes pelos quais emergem um a relação obrigacional e seu convívio na vida prática diária.
3. Permitir o conhecimento dos institutos que norteiam a relação obrigacional.
4. Identificar as peculiaridades do direito das obrigações e sua aplicação em situações de conflitos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 Objecto do Direito da Obrigações;
- 1.2 O direito das obrigações no código civil;
- 1.3 A importância do estudo do direito das obrigações;

TEMA 2 - OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES:

- 2.1. Princípio da autonomia privada;
- 2.2. Liberdade contratual e respectivos conteúdos;



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito de Família
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	03 tempos lectivos semanais

1. **Objectivo geral:** Compreender os princípios, fundamentos e normas do Direito da Família, capacitando o estudante a analisar, interpretar e aplicar as disposições legais e jurisprudenciais relativas às relações familiares, com foco na protecção da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e da função social da família.

2. **Objectivos específicos:**

- Estudar os princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem o Direito de Família, especialmente a dignidade da pessoa humana, igualdade, solidariedade e pluralismo familiar;
- Analisar os diversos modelos de família reconhecidos pelo ordenamento jurídico, incluindo famílias matrimoniais, uniões estáveis, monoparentais, homoafetivas e outras formas contemporâneas;
- Compreender o regime jurídico do casamento, da união estável e suas implicações patrimoniais e pessoais;
- Estudar os institutos da filiação, adoção, guarda, responsabilidade parental e alimentos, com ênfase na protecção integral de crianças e adolescentes;
- Analisar os mecanismos de dissolução das entidades familiares, como separação, divórcio, partilha de bens e suas consequências jurídicas;
- Refletir sobre a função social da família e o papel do Direito na regulação e protecção das relações familiares, inclusive no contexto das transformações sociais contemporâneas;



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito de Penal
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Proporcionar ao estudante a compreensão dos fundamentos, princípios e estrutura do Direito Penal, capacitando-o a interpretar e aplicar as normas penais de forma crítica, técnica e conforme os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição.

Objectivos específicos:

- Compreender o conceito, finalidade e funções do Direito Penal dentro do ordenamento jurídico e da sociedade.
- Estudar os princípios fundamentais do Direito Penal, como legalidade, culpabilidade, intervenção mínima, ofensividade, proporcionalidade e humanidade da pena.
- Analisar a estrutura da norma penal, distinguindo entre tipos penais, normas incriminadoras, permissivas e sancionatórias.
- Conhecer os elementos do crime, incluindo fato típico, ilicitude e culpabilidade, bem como suas excludentes.
- Entender as causas de extinção da punibilidade e da punibilidade, como amnistia, prescrição, perdão judicial, entre outras.
- Estudar as espécies de pena e suas formas de aplicação, substituição e cumprimento, conforme o Código Penal.
- Desenvolver a capacidade crítica para interpretar normas penais à luz da Constituição, dos direitos humanos e da jurisprudência actualizada.
- Aplicar o conhecimento teórico a situações práticas, por meio da análise de casos concretos e jurisprudência.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Fiscal
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	05 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Proporcionar ao estudante o conhecimento teórico e prático dos fundamentos, princípios e normas que regem o sistema fiscal, capacitando-o a compreender e aplicar o Direito Fiscal no âmbito da relação jurídica tributária entre o Estado e os contribuintes, com foco na justiça fiscal, legalidade e função social da tributação.

Objectivo específico:

- Compreender os princípios constitucionais e legais que regem o Direito Fiscal, como legalidade, capacidade contributiva, progressividade, isonomia e justiça fiscal.
- Identificar os tributos existentes (impostos, taxas, contribuições e outras espécies tributárias) e suas características conforme a legislação vigente.
- Estudar a relação jurídico-tributária, identificando seus sujeitos (fisco e contribuinte), objeto, facto gerador, base de cálculo e crédito tributário.
- Analisar os instrumentos legais de arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos, incluindo o processo administrativo e judicial tributário.
- Conhecer as imunidades, isenções, incentivos e benefícios fiscais previstos em lei.
- Entender os regimes de responsabilidade tributária, incluindo responsabilidade de terceiros, substituição e solidariedade.
- Estudar as formas de extinção do crédito tributário, como pagamento, compensação, prescrição, decadência e anistia.
- Desenvolver a capacidade crítica e prática para interpretar e aplicar a legislação fiscal, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina especializada.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito dos Contratos
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Ter uma visão global sobre o que é o Direito dos Contratos, como aparece, conhecer os contratos típicos e atípicos, com relação o seu conteúdo, a sua formação, os seus princípios, os seus efeitos, o seu regime geral, a sua elaboração e como é vivido quotidianamente.

Objectivos específicos:

1. Estabelecer um regime jurídico que disciplina a formação, interpretação e execução de acordos de vontade entre partes, visando a segurança jurídica, a obrigação de cumprimento e a proteção dos interesses envolvidos;
2. Assegurar que os acordos sejam manifestados de forma clara e que a vontade expressa seja a que rege o negócio;
3. Preparar juristas para o mercado de trabalho, assegurando que entendam a importância do contrato como instrumento de circulação de riquezas e de relações sociais e económicas;
4. Ensinar os princípios fundamentais que regem todos os contratos;
5. Abordar os elementos necessários para a validade e eficácia dos contratos, sejam eles subjectivos, objectivos e formais.

CONTEÚDO TEMÁTICO:

TEMA I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DA TEORIA DOS CONTRATOS

Conteúdo Programático da Unidade:

- Conceito;



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Processual Civil I - Acções Declarativas
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

1. Objectivo geral: Providenciar aos estudantes o conhecimento sobre a sequência dos actos processuais em acções declarativas com processo comum, conferindo aos estudantes, uma visão dinâmica ao estudo do processo civil e da tramitação processual das controvérsias nos tribunais judiciais.

2. Objectivo específico:

- 1- Familiarizar o aluno com a doutrina e a jurisprudência, permitindo a comparação das interpretações e a construção de um pensamento crítico sobre o processo civil;
- 2- Tornar o aluno apto a compreender o sistema processual, aprendendo a forma como as leis materiais são aplicadas aos casos concretos para asolução dos conflitos.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – I

TEMA I – INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Breve Referência sobre o Direito Processual Civil
- 1.2. O Entendimento do âmbito de aplicação
- 1.3. Definição de Direito Processual Civil
- 1.4. Importância e Característica
- 1.5. Objecto do Direito Processual Civil
- 1.6. Fontes do Direito Processual Civil
- 1.7. Interpretação e Integração das Leis Processuais
 - 1.7.1. Interpretação das Leis Processuais
 - 1.7.2. Integração da Lei Processual
 - 1.7.3. Aplicação das Leis Processuais no Tempo



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito do Trabalho e Segurança Social
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Compreender os fundamentos, princípios e normas que regulam as relações de trabalho e o sistema de segurança social, capacitando o aluno a interpretar, aplicar e analisar criticamente a legislação laboral e previdenciária, promovendo a protecção jurídica do trabalhador e o equilíbrio das relações laborais.

Objectivos específicos:

- Conhecer os princípios fundamentais do Direito do Trabalho, como protecção do trabalhador, continuidade da relação de emprego, irrenunciabilidade de direitos e condição mais favorável.
- Estudar os elementos essenciais da relação jurídica de trabalho, como contrato de trabalho, empregador, trabalhador, subordinação e salário.
- Analisar os diferentes tipos de contrato de trabalho (a termo, por tempo indeterminado, parcial, intermitente, entre outros).
- Compreender os direitos e deveres das partes na relação laboral, incluindo jornada de trabalho, férias, remuneração, suspensão e cessação do contrato.
- Avaliar os mecanismos de resolução de conflitos trabalhistas, como negociação coletiva, mediação, arbitragem e processo judicial do trabalho.
- Compreender o conceito, os objectivos e a estrutura do sistema de segurança social, seus regimes contributivos e não contributivos.
- Estudar os principais benefícios e prestações da segurança social, como reforma, auxílio-doença, pensão por morte, subsídio de desemprego, entre outros.

- Analisar o financiamento da segurança social, com foco nas contribuições sociais de empregadores, trabalhadores e Estado.
- Interpretar os regimes jurídicos aplicáveis à proteção social dos trabalhadores, incluindo trabalhadores independentes, domésticos, rurais e eventuais.
- Desenvolver pensamento crítico sobre os desafios atuais do trabalho e da proteção social, como informalidade, desemprego, envelhecimento populacional e novas formas de trabalho (plataformas digitais, teletrabalho, etc.).

Conteúdos Programáticos

TEMA I - NOÇÕES GERAIS

8. Definição e Objecto do Direito do Trabalho
9. Matérias que abrangem o Direito do Trabalho
10. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito
11. O paradigma do direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional

TEMA II - FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

- 2.1. O Direito Romano
- 2.2. O Direito intermediário
- 2.3. A Revolução Industrial
- 2.4. O desenvolvimento da legislação social no início do século XX (...)
- 2.5. As crises económicas e sua repercussão no direito do Trabalho
- 2.6. A história do Direito do Trabalho em Angola
 - a) A regulação laboral no período colonial
 - b) O período de transição para independência (1974- 1975)
 - c) O período da economia planificada (1975 - 1990)
 - d) O período da economia de mercado (de 1990 aos nossos dias)

TEMA III- FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

3.1 Aspectos gerais

- a) Fontes Internas
- b) Fontes Internacionais
 - I. Convenções internacionais
 - II. Convenções da Organização das Nações Unidas
 - III. Convenções da União Africana
 - IV. Convenções e recomendações da OIT

3.2. A hierarquia das fontes



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Comercial
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao estudante a compreensão dos princípios, institutos e normas que regem as atividades comerciais e empresariais, capacitando-o a identificar, interpretar e aplicar o Direito Comercial nas relações jurídicas, de modo a responder adequadamente às necessidades da vida econômica e empresarial.

1. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Ao final da disciplina, espera-se que o estudante seja capaz de:

1. Compreender a evolução histórica do Direito Comercial, suas fontes e sua natureza no ordenamento jurídico angolano.
2. Identificar os sujeitos da actividade empresarial (comerciantes, sociedades comerciais, auxiliares do comércio, etc.) e suas obrigações jurídicas.
3. Conhecer os institutos fundamentais do Direito Comercial, como empresa, estabelecimento comercial, títulos de crédito, contratos mercantis e propriedade industrial.
4. Aplicar as normas comerciais na resolução de problemas práticos, respeitando os princípios da segurança jurídica e da boa-fé nas relações empresariais.
5. Analisar a relação do Direito Comercial com outras áreas do Direito, especialmente o Direito Civil, o Direito do Trabalho, o Direito Fiscal e o Direito Económico.
6. Desenvolver capacidade crítica e prática para lidar com situações jurídicas no exercício da advocacia, consultoria e gestão empresarial.



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

LICENCIATURA EM DIREITO

Unidade Curricular	Direito Processual Penal
Ano	4.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	10 tempos lectivos semanais

OBJECTIVOS GERAIS: Dotar os estudantes de uma compreensão aprofundada, crítica e técnica do Processo Penal angolano, segundo os cânones constitucionais, legislativos e jurisprudenciais vigentes, de modo a formar operadores jurídicos capazes de aplicar, interpretar e desenvolver de forma ética e garantista as normas processuais penais (Lei n.º 39/20, de 11 de Novembro, com as suas alterações), promovendo a justiça, a segurança jurídica e o respeito pelos direitos fundamentais no seio do Estado Democrático de Direito.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios estruturantes do Processo Penal em Angola — legalidade, anterioridade, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, devido processo legal — bem como o seu estatuto constitucional, e a forma como estas garantias emergem no novo Código do Processo Penal (Lei n.º 39/20) e nas suas alterações (**Lei n.º 14/22**).
2. Compreender a estrutura normativa do Processo Penal: os sujeitos (juiz, Ministério Público, arguido, defensor, assistente), competências, fases do procedimento (instrução preparatória, fase de julgamento, recursos), atos processuais essenciais, medidas cautelares, recursos e nulidades, com inflexões práticas que permitam manejar o processo com rigor técnico e garantia de direitos.

3. Analisar criticamente as inovações legislativas introduzidas pelo Código do Processo Penal de 2020 em Angola, identificando os principais avanços e desafios, tais como a celeridade processual, a proteção do arguido, o acesso à justiça, a investigação criminal, e o perfil actual dos tribunais e entidades de perícia e polícia criminal à luz da realidade social e institucional angolana.
4. Aplicar o direito processual penal angolano a casos concretos, simulações e estudo jurisprudencial, de forma a desenvolver competências de parecer profissional, argumentação técnica, distinção de hipóteses factuais, identificação de violações processuais, redação de decisões judiciais simuladas ou propostas de solução jurídica, sempre fundadas em doutrina, legislação e precedentes judiciais.
5. Avaliar os mecanismos de proteção dos direitos processuais do arguido e da vítima, inclusive os meios de prova, nulidades, intervenções judiciais, medidas cautelares, garantias do devido processo legal, e a forma como os tribunais angolanos têm interpretado e aplicado essas garantias, considerando os princípios de proporcionalidade, equidade, dignidade humana e integridade processual.
6. Fomentar reflexão filosófica e ética sobre o processo penal como instrumento de controle de comportamentos, mantendo vigilância sobre os riscos de abuso de poder, criminalização excessiva, desigualdade de tratamento, discriminação, e a necessidade de que o processo penal, embora coercivo, seja legitimado pela lei, pela razão, pela justiça e pelo respeito à pessoa humana.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I- Noções Introdutórias

1. Noção de Direito Processual Penal. Direito Processual Penal, Processo Penal e Direito Penal
 - 1.1. Noção de Direito Processual Penal
 - 1.2. Direito Processual Penal e Direito Penal
2. Traços gerais da evolução histórica da justiça penal: o período da vingança e da justiça privadas; o período da justiça pública
3. Sistemas processuais penais. O processo acusatório e o processo inquisitório. Evolução histórica dos dois tipos de processos. O processo misto. O processo em Angola: fases do processo (descrição sumária)
4. Direito Processual Penal e Direito Processual Civil
5. Fim e objecto do processo penal



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

*(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)*

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direitos Reais
Ano	4.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 Tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Dotar os estudantes de um conhecimento aprofundado e sistemático sobre os direitos reais, enquanto institutos do direito civil que regulam as relações jurídicas entre sujeitos e coisas, de modo a que compreendam as suas características, natureza jurídica, conteúdo, aquisição, extinção, e efeitos jurídicos, bem como o seu papel no ordenamento jurídico angolano e a sua função social.

Objectivos Específicos:

1. Definir rigorosamente o conceito de direito real, distinguindo-o do direito pessoal ou obrigacional, evidenciando os elementos essenciais e os atributos distintivos (ex: oponibilidade erga omnes, adesão, sequela, exclusividade).
2. Identificar e analisar os princípios gerais aplicáveis aos direitos reais em Angola (ou outro ordenamento aplicável), tais como o princípio da legalidade, publicidade, tipicidade, especialidade, função social da propriedade e os limites impostos pelo interesse público e pelo direito alheio.
3. Estudar os diferentes tipos de direitos reais previstos no ordenamento jurídico vigente (ex: propriedade, usufruto, uso, habitação, servidão, garantia real – hipoteca, penhor, anticrese etc.), incluindo a sua natureza, requisitos, modos de

constituição, direitos e deveres do titular, bem como as formas de transmissão e extinção.

4. Analisar o regime jurídico da posse: aquisição, efeitos, perda, protecção possessória; bem como a sua importância como instituto limítrofe entre direito pessoal e direito real.
5. Compreender os mecanismos legais de publicidade e registos, essenciais para a eficácia dos direitos reais perante terceiros e para a segurança jurídica nos negócios que envolvam bens imóveis ou ónus sobre esses bens.
6. Avaliar, através de casos práticos ou jurisprudência, os problemas concretos que surgem na aplicação dos direitos reais: conflitos de titularidade, ónus reais, expropriações, usucapião, litígios possessórios, invasões etc., bem como os meios de solução previstos no ordenamento jurídico.
7. Refletir criticamente sobre a função social dos direitos reais (particularmente da propriedade) e os limites impostos à titularidade e utilização dos bens, considerando princípios constitucionais, políticos públicos e direitos de terceiros.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I- Introdução

- 1.1- Âmbito de aplicação e sentido da disciplina de direitos reais
- 1.2- Fixação da terminologia (acepção subjectiva e objectiva da expressão direitos reais)
- 1.3- A Categoria direito real
- 1.4- A função e a estrutura dos Direitos Reais
- 1.5- Exemplificação e Regulamentação legal

Tema II- Direitos Reais Em Geral

- 2.1- Caracterização dos Direitos Reais
 - 2.1.1- Noção de Direitos Reais (Doutrina Classica, Personalista, a de Demongue e a Eclética)
 - 2.1.2- As Características dos direitos reais (regra e excepções)
 - Eficácia Absoluta
 - O direito de preferência ou de Prevalência (nos direitos reais e nos de crédito)
 - O Direito de Sequela ou de seguimento
 - A Inerência
 - Outras Características



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

*(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)*

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Prática Forense I
Ano	5.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver habilidades práticas e teóricas na actuação jurídica forense, por meio da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, visando à preparação para o exercício da advocacia ou outras carreiras jurídicas, com foco na actuação processual e no cumprimento das normas legais.

Objectivos Específicos:

1. Capacitar o formando para a redacção e adaptação de peças processuais adequadas às diversas áreas do direito material e processual, observando os requisitos formais e substanciais previstos na legislação portuguesa e angolana.
2. Desenvolver a capacidade de análise jurídica crítica e sistemática das situações factuais, identificando os problemas jurídicos relevantes e propondo soluções fundamentadas em normas, jurisprudência e doutrina comuns aos dois sistemas.
3. Proporcionar a simulação prática de atos processuais, tais como audiências, diligências instrutórias e sessões de mediação, visando à consolidação das competências comunicativas e argumentativas em contexto forense.
4. Instruir o formando na correta utilização e interpretação dos instrumentos legislativos, jurisprudenciais e doutrinários, integrando-os de forma coesa na fundamentação jurídica, quer no contexto português, quer no angolano.

5. Fomentar a reflexão sobre os princípios éticos e deontológicos inerentes ao exercício da advocacia e demais profissões jurídicas, promovendo uma conduta profissional íntegra e comprometida com os valores da justiça e da equidade.
6. Estimular o trabalho em equipa e a interdisciplinaridade, potenciando a troca de experiências e o enriquecimento mútuo no âmbito da prática forense, respeitando as especificidades culturais e institucionais de Portugal e Angola.
7. Proporcionar o conhecimento prático do funcionamento dos tribunais, serviços judiciais e demais órgãos relacionados em ambos os países, facilitando a adaptação e integração do formando no respetivo ambiente profissional.

Conteúdos Programáticos

TEMA I - NOÇÕES PRELIMINARES

1. Introdução: Conceito de Prática, Forense, Pessoa, Direito
2. Objectivo e Objecto de Estudo
3. Conceito de Expediente Forense e Ciência Forense
4. Ciências que se relacionam com a Prática Forense
5. Princípios que norteiam a Prática Forense
6. Procuração Forense, tipologias e sua Natureza

TEMA II- PARTE DA ACÇÃO PENAL

1. Noção, Objecto e finalidade e Elaboração de Peças
2. Elaboração do Auto de Notícia, Queixa e da Denúncia
3. Elaboração da Participação Criminal e Junção de Procuração
4. Elaboração do Requerimento de mudança de medida de coacção (MP ou JG)
5. Elaboração do Requerimento da Instrução Contraditória (Juiz de Grantias)
6. Elaboração do Requerimento de Junção de Provas, de testemunha,
7. Elaboração de Uma Reclamação e Requerimento de Celeridade Processual
8. Conhecer a Acusação do Ministério Público – Estrutura
9. Elaboração da Contestação e saber os moldes das Alegações
10. Conhecer a estrutura da sentença
11. Elaboração do Requerimento de Recurso
12. Solicitação de Habeas Corpus - Elaboração de peça
13. Solicitação de Habeas Datas - Elaboração de peça

TEMA III- PARTE DA ACÇÃO CIVEL

1. Conceito e Fins



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Processo do Trabalho
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Garantir a aplicação eficaz, equitativa e célere do Direito Processual do Trabalho em Angola, de modo a consolidar a justiça laboral como instrumento de tutela dos direitos dos trabalhadores e empregadores, promovendo a paz social, diminuindo litígios desnecessários, assegurando a segurança e previsibilidade jurídicas, favorecendo a conciliação e adaptando os procedimentos jurisdicionais às exigências do contexto socioeconómico angolano, em conformidade com os princípios constitucionais, legais e internacionais aplicáveis.

Objectivos Específicos:

1. Fortalecer o acto conciliatório como fase obrigatória e privilegiada do processo laboral, em qualquer instância, estimulando práticas alternativas de resolução de conflitos e evitando que o litígio se prolongue desnecessariamente. (Princípio da hipervalorização do acto conciliatório) .
2. Assegurar o patrocínio judiciário obrigatório para todas as fases do processo do trabalho, garantindo que os trabalhadores – especialmente em situação de vulnerabilidade – tenham representação adequada, sem barreiras financeiras ou burocráticas.
3. Priorizar a justiça material sobre a formal, pelo que o juiz deverá poder adotar de ofício medidas probatórias necessárias, e evitar que questões puramente formais prejudiquem a substância dos direitos em litígio.

4. Simplificar os procedimentos processuais, reduzindo exigências formais desnecessárias, promovendo celeridade, evitando atrasos processuais e formalidades excessivas, sempre que possível permitindo a convalidação de actos defectuosos que não prejudiquem as partes. Garantir a gratuitidade das acções laborais para os trabalhadores e seus familiares, assegurando que custos de selos, custas ou outros encargos processuais não constituam obstáculos ao acesso à justiça laboral.
5. Definir claramente o âmbito e competências da jurisdição laboral, para todos os tipos de litígios previstos – individuais (constituição, manutenção, modificação, suspensão ou extinção de contrato), disciplinares, acidentes de trabalho, doenças profissionais, etc., bem como conflitos colectivos, greves, convenções coletivas, execuções de multas da Inspeção Geral do Trabalho.

Conteúdos Programáticos

TEMA I- NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Aspectos históricos do direito processual do trabalho
- 1.2. Noção e objecto do direito de processo do trabalho
- 1.3. Fontes de direito do Processo do Trabalho
- 1.4. Aplicação, interpretação e integração das leis processuais laborais
- 1.5. Princípios Gerais e Específicos do processo do trabalho angolano
- 1.6. Organização da justiça Laboral angolana

TEMA II- Generalidade do Processo Laboral Comum

- 2.1 Pressupostos processuais.
- 2.2 Tipos e Formas de Processo
 - 2.2.1 O processo declaratório Comum Sumário (conflito laboral)
- 2.3 Tramitação do Processo Laboral
 - 2.3.1 As precedências obrigatórias no Processo Laboral
 - 2.3.2 A fase judicial nos litígios de natureza laboral

TEMA III- Generalidades dos Processos Especiais

- 3.1. Despedimento Colectivo
- 3.2 Recurso em matéria disciplinar
- 3.3 Processos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

TEMA IV- Os procedimentos Cautelares

- 4.1 Procedimentos cautelares comum (não especificados)



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Direito do Processual Civil III (Recursos)
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante o domínio teórico e prático sobre os recursos no processo civil, compreendendo sua natureza jurídica, fundamentos, espécies, pressupostos, prazos e efeitos, bem como sua aplicação prática na defesa de direitos e na garantia do duplo grau de jurisdição.

Objectivos Específicos:

- Compreender o conceito e a função dos recursos no processo civil, como instrumento de impugnação das decisões judiciais;
- Identificar os princípios aplicáveis aos recursos, incluindo o princípio da legalidade, taxatividade, fungibilidade, duplo grau de jurisdição e proibição da reformatio in pejus;
- Distinguir as espécies de recursos previstos no Código de Processo Civil (apelação, agravo, revista, embargos, etc.) e suas hipóteses de cabimento;
- Analisar os pressupostos de admissibilidade dos recursos, como tempestividade, legitimidade, interesse, preparo e regularidade formal;
- Estudar os efeitos dos recursos, incluindo efeito suspensivo e devolutivo;
- Dominar os prazos recursais, formas de contagem e possibilidades de prorrogação ou interrupção;
- Aplicar o conhecimento a casos práticos, incluindo a elaboração de peças recursais e análise de jurisprudência relevante;

- Avaliar criticamente o sistema recursal angolano, à luz das reformas processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores.

Conteúdos Programáticos

TEMA I- INTRODUÇÃO

- 1- Recurso- Várias Concepções
- 2- Conceito Jurídico E Função
- 3- Estrutura Dos Recursos
 - 3.1-Decisões Irrecorrível
 - 3.2-Decisões Recorrível
 - 3.2.1- Tipos Legais De Recurso
 - 3.2.2- Efeitos Dos Recursos
 - 3.2.3- Modo De Subida
 - 3.2.4- A Regra Estabelecida No Art. 678.º N.º1 E Suas Excepções
- 4- As Espécies De Recurso E Fundamento Da Sua Aplicação
- 5- Limitações Do Recurso A Um Grau
- 6- Legitimidade Para Recorrer
- 7- Perda Do Direito De Recorrer E Aceitação - Renúncia Ao Recurso

TEMA II- MARCHA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS

- 1- Recurso De Apelação
- 2- Objecto De Apelação
- 3- Interposição Do Recurso
 - 3.1- Prazos De Interposição
 - 3.2- Formas De Interposição
- 4- Efeito Do Recurso
- 5- Declaração Do Efeito Ex Officio
- 6- Prestação Da Caução
- 7- Subida Do Recurso
- 8- A Extensão Do Recurso
- 9- Adesão Ao Recurso
- 10- Sujeitos E Objecto Do Recurso
 - 10.1- Delimitações Subjectivo
 - 10.2- Delimitações Objectiva
- 11- Apreciação Liminar Do Recurso



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Metodologia Jurídica e Pesquisa Científica
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	03 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar e compreender os métodos utilizados na pesquisa científica aplicada ao Direito, destacando a importância da metodologia jurídica como instrumento essencial para a produção de conhecimento jurídico sistemático, crítico e fundamentado.

Objectivos Específicos:

- Apresentar os principais conceitos e fundamentos da metodologia científica aplicados ao Direito;
- Diferenciar os métodos científicos (dedutivo, indutivo, dialético etc.) e sua aplicação na pesquisa jurídica;
- Investigar os tipos de pesquisa jurídica (dogmática, empírica, bibliográfica, documental etc.);
- Demonstrar a importância da delimitação de tema, problema, hipóteses e objetivos na construção de uma pesquisa jurídica;
- Propor um roteiro básico para elaboração de trabalhos científicos na área jurídica, respeitando as normas académicas.

Conteúdos Programáticos

Tema 1- Introdução à Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1. Definição de Conceito: Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1.1. Utilidade da investigação científica e características do processo de investigação

1.1.2. Diferença entre método e técnica



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Direito Processual Civil II (Executivo)
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Capacitar o estudante a compreender, interpretar e aplicar os princípios, normas e procedimentos do processo executivo no Direito Processual Civil brasileiro, possibilitando a efectivação da tutela jurisdicional por meio dos mecanismos legais de execução.

Objectivos Específicos:

1. Conhecer os títulos executivos judiciais e extrajudiciais, identificando os seus requisitos para a execução.
2. Estudar as diferentes espécies de execução (por quantia certa, por entrega de coisa, para obrigação de fazer ou não fazer) e suas características procedimentais.
3. Analisar os princípios que regem o processo de execução, tais como a efetividade, menor onerosidade e a boa-fé processual.
4. Compreender as medidas coercitivas e meios executórios, como penhora, arresto, sequestro, adjudicação e leilão.
5. Estudar as defesas do executado, especialmente os embargos à execução e exceções processuais cabíveis.
6. Desenvolver a capacidade crítica para solucionar questões práticas e controvérsias relativas ao processo executivo, aplicando a legislação vigente.

Conteúdos Programáticos

Tema I- Introdução ao Direito Processual Civil



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Internacional Privado
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar e compreender os princípios, normas e mecanismos do Direito Internacional Privado, com foco na resolução de conflitos de leis e jurisdição em situações jurídicas que envolvam elementos de diferentes países, promovendo a adequada aplicação da legislação e a protecção dos direitos das partes envolvidas.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os principais institutos do Direito Internacional Privado, como a nacionalidade, domicílio, condição jurídica do estrangeiro, conflitos de leis e competência internacional.
2. Identificar e interpretar normas de conexão, entendendo como e quando aplicar a lei estrangeira em casos concretos com elementos internacionais.
3. Compreender os critérios de determinação da jurisdição internacional, analisando a competência dos tribunais nacionais em casos com partes ou elementos estrangeiros.
4. Investigar os mecanismos de cooperação jurídica internacional, como a homologação de sentenças estrangeiras, cartas rogatórias e tratados internacionais aplicáveis.
5. Analisar jurisprudência nacional e estrangeira, aplicando-a a situações hipotéticas e reais para promover o raciocínio jurídico voltado à complexidade das relações privadas internacionais.
6. Refletir sobre a função do Direito Internacional Privado na harmonização das normas jurídicas entre diferentes sistemas legais e na protecção dos direitos fundamentais nas relações privadas transnacionais.
7. Desenvolver habilidades práticas e teóricas para lidar com contratos internacionais, questões de família e sucessões internacionais, além de temas envolvendo migração e estatuto pessoal.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Bancário
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos jurídicos que regem o Direito Bancário, especialmente no que se refere à regulamentação das instituições financeiras, às operações bancárias, aos contratos típicos do setor e à proteção dos consumidores e investidores, promovendo uma actuação segura, ética e actualizada no âmbito das relações bancárias.

Objectivos Específicos:

1. Estudar a estrutura e a regulação do Sistema Financeiro, incluindo o papel do Banco Central e demais entidades reguladoras.
2. Analisar os principais contratos bancários, como contrato de abertura de crédito, mútuo, financiamento, leasing, factoring, cartão de crédito, entre outros.
3. Compreender os direitos e deveres dos consumidores nas relações bancárias, com base no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência dos tribunais superiores.
4. Investigar os mecanismos de prevenção e repressão a ilícitos financeiros, como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes contra o sistema financeiro.
5. Acompanhar a jurisprudência atualizada sobre temas bancários, como tarifas abusivas, anatocismo, superendividamento e responsabilidade civil das instituições financeiras.
6. Avaliar o impacto das novas tecnologias financeiras (fintechs) e a regulação aplicável aos serviços digitais no setor bancário.
7. Desenvolver habilidades para a elaboração e interpretação de contratos bancários, bem como para a atuação em litígios envolvendo instituições financeiras.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito dos Registos e Notariado
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e procedimentos que regem o Direito dos Registos e do Notariado, com foco na função jurídica e social da publicidade registral e notarial, visando assegurar a autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos perante terceiros.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os diferentes tipos de registos públicos (predial, comercial, civil, automóvel, etc.) e sua função na garantia da segurança jurídica e da boa-fé nas relações jurídicas.
2. Analisar os princípios fundamentais do Direito do Registo, como o princípio da legalidade, da prioridade, da continuidade, da presunção de veracidade e da fé pública.
3. Compreender a função do notariado na autenticação de atos jurídicos, na formalização de escrituras públicas e no reconhecimento de assinaturas e documentos.
4. Interpretar os principais atos notariais e registralmente relevantes, como escrituras públicas, certidões, registros de propriedade, hipotecas, casamentos, nascimentos, entre outros.
5. Acompanhar a evolução normativa e tecnológica nos serviços de registo e notariado, incluindo a digitalização, atos eletrónicos e a certificação digital.
6. Desenvolver competências práticas para redigir atos notariais e requerimentos de registo, com base na legislação vigente e nas orientações das conservatórias e cartórios.
7. Avaliar a importância do registo e do notariado como meios de prevenção de litígios e de proteção jurídica dos negócios e direitos dos cidadãos.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Contratos Públicos
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Consistem na apreensão, por parte dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de um conjunto de conhecimentos inerentes às matérias de Contratação Pública. Ademais, estes conhecimentos revestem-se de capital importância pois, servirão de fundamento para compreensão de aspectos ligados à gestão do erário na Administração Pública Angolana.

Objectivos Específicos:

- ✓ Proporcionar aos estudantes informações sobre a origem do Instituto de Contrato Administrativo;
- ✓ Dominar os conceitos de poder, economia e a contratação pública bem como estabelecer a relação existente entre eles;
- ✓ Fazer uma abordagem genérica sobre aspectos doutrinários subjacentes à Contratação Pública;
- ✓ Facultar conhecimentos e práticas sobre as fontes nacionais do direito da contratação pública;
- ✓ Estabelecer os princípios fundamentais e medidas excepcionais da contratação pública;
- ✓ Conhecer os procedimentos para a decisão de contratar e as diferentes modalidades de contratos públicos;
- ✓ Debruçar-se sobre o diálogo concorrencial;
- ✓ Estudar as especificidades dos contratos de concessão administrativa, de locação e de aquisição de bens e serviços e de alienação de bens;

- ✓ Debruçar-se sobre a Impugnação Administrativa e dos Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos;
- ✓ Conhecer as fases e intervenientes do processo de fiscalização preventiva e sucessiva dos Contratos Públicos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA I – INTRODUÇÃO

- 1.1- Considerações gerais sobre a Cadeira de Contratos Públicos;
 - 1.1.1-Generalidades
 - 1.1.2-Origem Histórica e Razão de ser do Contrato Administrativo
- 1.2- Noção de Contrato Público e elementos estruturantes;
- 1.3- Conceitos e relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública;
 - 1.3.1-Conceitos
 - 1.3.2-Relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública
- 1.4- Orientação, Intervenção e Actuação Económica do Estado.
 - 1.4.1-Breve caracterização do Sistema Económico Angolano na era pós-independência
- 1.5- Actividade Financeira Pública;
- 1.6- Provisão Pública de Bens;
- 1.7- Dilemas da decisão pública – fundamentos financeiros e extra-financeiros;
 - 1.7.1-Fundamentos Financeiros e Extra-Financeiros
 - 1.7.2-Decisões Financeiras concretas;
 - 1.7.3-Planeamento das Necessidades – Decisão Pública
- 1.8- A Contratação Pública em Especial;
 - 1.8.1-A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública;
 - 1.8.2-A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização;
- 1.9- Relevância financeira crescente da Contratação Pública;
- 1.10- A decisão de contratar e a decisão financeira.

TEMA II – DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 2.1- Fontes do Direito da Contratação Pública
 - 2.1.1-Enquadramento e Contexto Legal da Contratação Pública – Evolução Histórica;
- 2.2- A Lei nº 41/2020, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos;
 - 2.2.1-Estrutura Formal da LCP



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e do Ambiente
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender o conjunto de normas jurídicas que regulam o Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e do Ambiente, visando assegurar um desenvolvimento territorial sustentável, equilibrado e juridicamente adequado, respeitando os princípios da função social da propriedade, da protecção ambiental e da gestão racional dos recursos naturais.

Objectivos Específicos

1. Estudar os princípios e fundamentos jurídicos que regem o urbanismo, o ordenamento do território e a protecção ambiental, tanto no plano nacional quanto internacional.
2. Compreender os instrumentos legais de gestão territorial, como planos directores, planos municipais de ordenamento, licenciamento urbanístico e ambiental.
3. Analisar o papel da Administração Pública na definição, implementação e fiscalização das políticas urbanas, ambientais e de uso do solo.
4. Avaliar o equilíbrio entre o direito à propriedade privada e o interesse público, sobretudo em temas como expropriação, servidões administrativas, e zonas de protecção.
5. Investigar as responsabilidades civil, administrativa e penal por danos ao meio ambiente e por violações às normas urbanísticas e de ordenamento.
6. Refletir sobre os desafios jurídicos do desenvolvimento urbano sustentável, como mobilidade urbana, habitação, saneamento básico, áreas verdes e mudanças climáticas.

7. Promover a interdisciplinaridade entre Direito, Arquitetura, Engenharia e Geografia, favorecendo uma compreensão holística das políticas urbanas e ambientais.
8. Desenvolver capacidade crítica e técnica para analisar planos, legislações e políticas públicas voltadas ao uso racional do território e à proteção ambiental.

Conteúdos Programamáticos

Parte I - Direito do Ambiente

Tema I- Aspectos gerais do Direito do Ambiente.

- 1 .Conceito do Ambiente
2. O ambiente como novo bem jurídico
3. O direito do ambiente como novo ramo do direito
4. O direito fundamental ao ambiente
5. Os princípios do direito do ambiente
 - 5.1. Princípio da prevenção
 - 5.2. Princípio da precaução
 - 5.3. Princípio do poluidor pagador
 - 5.4. Princípio da participação
 - 5.5. Outros princípio
6. Direito internacional do ambiente
7. Direito constitucional do ambiente
8. A tutela penal do ambiente
9. O direito fiscal do ambiente
10. A tutela civil do ambiente
 - 10.1. Avaliação e ressarcimento dos danos ambientais causados a particulares
 - 10.2. Avaliação e ressarcimento dos danos ambientais causados ao património público

Tema II - Direito dos Resíduos

- 1 Conceito de resíduo
2. Princípios dos direitos dos resíduos
3. Poluição e padrões de controlo ambiental
4. Regime jurídico da gestão dos resíduos
5. Estrutura básica do direito do ambiente em Angola

Parte II - Direito do Urbanismo

Tema I - Caracterização geral do direito do urbanismo

1. Caracterização geral do direito do urbanismo



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Prática Forense II
Ano	5.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver habilidades práticas e teóricas na actuação jurídica forense, por meio da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, visando à preparação para o exercício da advocacia ou outras carreiras jurídicas, com foco na actuação processual e no cumprimento das normas legais.

Objectivos Específicos:

1. Compreender a rotina forense, por meio do acompanhamento de processos judiciais, despachos, audiências e outras actividades realizadas nos fóruns e demais órgãos do Poder Judicial.
2. Elaborar peças processuais, tais como petições iniciais, contestações, recursos, pareceres e demais documentos jurídicos, sob supervisão adequada.
3. Desenvolver a interpretação e aplicação do Direito, com base na legislação, jurisprudência, doutrina e princípios jurídicos, aplicando-os aos casos concretos.
4. Aprimorar a capacidade argumentativa e escrita jurídica, por meio da prática, redacional técnica e adequada aos padrões forenses.
5. Vivenciar a ética profissional, aplicando os princípios do Estatuto da OAA, Código de Ética e demais normas pertinentes à actuação jurídica.
6. Promover a interdisciplinaridade, integrando conhecimentos de diversas áreas do Direito na solução de conflitos jurídicos reais ou simulados.
7. Estimular o senso crítico e a responsabilidade social, por meio da observação das implicações sociais das decisões jurídicas e da actuação profissional.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Contencioso do Urbanismo
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar o contencioso do urbanismo como instrumento jurídico de regulação, fiscalização e resolução de conflitos decorrentes da ocupação e uso do solo urbano, com ênfase na actuação dos tribunais e órgãos administrativos na tutela do ordenamento urbanístico.

Objectivos Específicos:

- Compreender os fundamentos jurídicos do contencioso urbanístico, a partir da legislação urbanística e dos princípios constitucionais relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.
- Identificar os principais tipos de conflitos urbanísticos que geram demandas judiciais e administrativas, como disputas sobre licenciamento de obras, uso indevido do solo, zoneamento, impacto ambiental, entre outros.
- Analisar a actuação dos entes públicos e órgãos competentes na prevenção e resolução desses conflitos.
- Avaliar a jurisprudência dos tribunais superiores em matéria de urbanismo, destacando entendimentos consolidados e divergências relevantes sobre temas como regularização fundiária, zoneamento e direito à moradia.
- Investigar a eficácia das soluções alternativas de resolução de conflitos no âmbito urbanístico, como mediação e conciliação, e sua aplicação prática nos municípios.

Conteúdos programáticos

Tema 1- O Contencioso do Urbanismo como Contencioso Administrativo